



Súmula da 5.^a Reunião do
Comité de Acompanhamento do
Programa Regional
Madeira 2030



Índice

Aprovação da Ordem de Trabalho	2
Ponto de situação da Implementação do Madeira 2030	2
Apresentação e aprovação de Critérios de Seleção	4
Apresentação do Relatório de Revisão Intercalar do Madeira 2030	4
Apresentação da Proposta de Reprogramação do Madeira 2030	6
Outros Assuntos	7

Súmula da 5.ª Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Regional Madeira 2030 (Madeira 2030)

Ao sétimo dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, pelas 09:30, iniciou-se a 5.ª Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Regional da Madeira para o período 2021-2027, adiante designado por “Madeira 2030”, no Casino Park Hotel, no Funchal.

A reunião foi presidida pela Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR) /Gestora do Madeira 2030, Maria João Monte.

Aprovação da Ordem de Trabalho

A ordem de trabalhos (OT) foi previamente comunicada aos membros do Comité de Acompanhamento, por escrito, em sede de convocatória, contemplando os seguintes pontos:

1. Aprovação da Ordem de Trabalhos
2. Ponto de situação da Implementação do Madeira 2030
3. Apresentação e aprovação de Critérios de Seleção
4. Apresentação do Relatório de Revisão Intercalar do Madeira 2030
5. Apresentação da Proposta de Reprogramação do Madeira 2030
6. Outros Assuntos

2

Não houve nada a opor, pelo que a Ordem de Trabalho foi aprovada.

Ponto de situação da Implementação do Madeira 2030

Ricardo Manica, AG Madeira 2030, apresentou o panorama geral de implementação do Programa, destacando as principais atividades desenvolvidas pela AG, no âmbito da sua operacionalização nomeadamente a adaptação do modelo de governação, a assinatura dos contratos de delegação de competências com os três Organismos Intermédios do Programa, aprovação dos regulamentos específicos e a aprovação dos critérios de seleção.

Informou que o Madeira 2030, à data apresentava os seguintes dados quantitativos:

- 226 operações submetidas, com um custo total aproximado de 260 M€;
- 152 operações em análise, representando um total de 125 M€;
- 64 operações aprovadas, envolvendo um fundo de 97 M€ (33 M€ validados e 45 pagos, refletindo os adiantamentos aos beneficiários). Destacou, ainda, que destes 97M€, 77 M€ eram provenientes do FSE+ e englobavam as operações relativas à empregabilidade e formação, enquanto 19 M€ eram FEDER e incluíam o ciclo urbano da água e a saúde.

Laurent Sens, DG EMPLOI, reconheceu a eficiência na seleção de projetos, mas classificou a situação financeira como "não ideal". Alertou que os atrasos no lançamento de avisos podem comprometer a certificação N+3, sendo vital que as previsões se traduzam em despesa real.

Enfaticizou a necessidade de encontrar soluções para potenciar a execução, tanto para este ano, como para os próximos, sugerindo que fossem debatidas com a AD&C as estatísticas referentes à implementação e à velocidade de publicação dos avisos

Marika Sandell, DG Regio, enfatizou que, para além dos números, é imperativo assegurar a qualidade da execução e um acompanhamento minucioso para implementar correções atempadas que permitam acelerar a execução.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, sobre estes comentários, detalhou as dificuldades tidas na execução, em particular o desafio da gestão simultânea com o PRR e o encerramento do Madeira 14-20, bem como a instabilidade política, tanto a nível nacional quanto regional, aliada à inexistência de um orçamento regional aprovado.

Referiu que a AG adotou uma estratégia de faseamento na preparação dos Avisos, focada primeiro na qualificação e ensino profissional, seguindo-se os incentivos às empresas e as medidas de emprego para desempregados de longa duração e para novos participantes no mercado. Posteriormente, os avisos foram direcionados às autarquias considerando a limitação orçamental que impede acelerar os investimentos de natureza pública.

3

Informou que embora a dotação de fundo lançada seja inferior à dos outros Programas, os valores efetivamente executados – aprovados, pagos e certificados – encontram-se entre os melhores, refletindo o resultado do tratamento de proximidade estabelecido com os beneficiários.

Cláudia Joaquim, AD&C, destacou que o Plano Anual de Avisos tem-se revelado um instrumento crucial, por permitir aos potenciais beneficiários planear e antecipar as suas candidaturas, bem como por possibilitar às AG avaliarem se estão a cumprir o que foi delineado.

Sublinhou que a principal preocupação é encontrar soluções para aumentar a execução e assegurar que os projetos sejam implementados com eficácia e maturidade. Observou que o acompanhamento mais próximo do Programa permitiu, apesar dos constrangimentos específicos que a Região teve, alcançar a média nacional de execução.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, reforçou que o diálogo contínuo com a AD&C tem permitido perceber as sensibilidades e as vicissitudes dos outros Programas. Destacou que o Plano Anual de Avisos tem sido uma ferramenta importante, tanto para os potenciais beneficiários, como para a AG.

Apresentação e aprovação de Critérios de Seleção

Maria João Monte, AG Madeira 2030, no atinente aos critérios de seleção, referiu que já foi realizada uma consulta prévia à CE cujos comentários, quer da DG EMPLOI, quer da DG REGIO, foram integrados na fase de preparação dos critérios.

Referiu que nesta reunião serão colocados à aprovação do CA, 11 critérios de seleção, os quais são determinantes para os Avisos que a AG pretende lançar. Concluiu afirmando que, de forma faseada, serão incorporados novos critérios conforme necessário à operacionalização do Programa.

Ricardo Manica, AG Madeira 2030, destacou que estas versões dos critérios foram disponibilizadas na área reservada do CA para consulta, para que os intervenientes, caso tivessem alguma observação ou sugestão adicional, pudessem fazê-lo nesta reunião.

Elisabete Quintas, AD&C, indicou que enviaria ajustamentos não substanciais no próprio dia.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, convidou todos os presentes a realizarem uma análise aos critérios, dando o dia 14 de março como prazo para o envio de contributos adicionais. Solicitou que, relativamente aos critérios de seleção, qualquer impedimento ou conflito de interesses fosse manifestado, realçando que é importante que todos se consciencializem desta questão para evitar prejuízos no andamento do processo.

Miguel Amorim, DG Emploi, solicitou que a AG disponibilizasse, posteriormente, a listagem dos critérios ainda pendentes de aprovação, pois tal informação seria útil para a preparação e organização interna da Comissão.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, informou que trabalhará na listagem de critérios, a qual será disponibilizada em breve, mesmo que, ao longo da execução surjam necessidades adicionais.

Apresentação do Relatório de Revisão Intercalar do Madeira 2030

Maria João Monte, AG Madeira 2030, destacou que, para a elaboração do Relatório de Revisão Intercalar do Madeira 2030, foi recolhida informação junto dos vários organismos e realizadas reuniões com as entidades regionais, com os parceiros de gestão e os OI. Informou que para assegurar uma análise isenta e imparcial, a AG recorreu a uma consultoria externa para elaboração do Relatório, de forma a fundamentar os ajustamentos necessários. Passou a palavra ao Consultor responsável, António Ramos, para apresentar os destaques do Relatório.

António Ramos, Consultor, agradeceu o convite. Na sua apresentação referiu que os resultados globais do Programa da Madeira não se encontram em desacordo com os objetivos traçados, tendo, pelo contrário, sido observadas evoluções positivas. Indicou que a lista de

Avisos e a dinâmica prevista para a sua abertura, ainda ao longo do ano, deverão acelerar o processo, constituindo sinais positivos para o desempenho do Programa.

Realçou que o exercício de programação demonstra a necessidade de pensar a longo prazo e agir rapidamente no curto prazo, reforçando a importância de integrar, no processo de governação, tanto o ecossistema dos fundos, quanto o dos atores envolvidos.

Referiu que, apesar das dificuldades enfrentadas, como a instabilidade política, a ausência de um orçamento regional aprovado e as limitações decorrentes da execução simultânea de programas, os esforços têm-se concentrado na recuperação dos Avisos pendentes (especialmente os de 2023 e 2024), em alinhamento com os objetivos do Programa e com os referenciais estratégicos.

Terminou referindo que foram recebidas sugestões ao Relatório por parte da AD&C, as quais serão analisadas e acolhidas com o devido cuidado para melhorar os resultados, demonstrando o compromisso contínuo com a melhoria e a adaptação do Programa.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, informou que a versão *draft* foi disponibilizada na área reservada do CA para que todos tivessem tempo de analisar, esclarecendo que, embora a aprovação pelo CA não seja obrigatória, a AG concederá um tempo adicional para que todos os intervenientes possam se pronunciar, no compromisso assumido de transparência e dever de informação.

5

Laurent Sens, DG Emploi, agradeceu a disponibilização do documento ao CA, considerando a prática exemplar. Informou que, atendendo aos prazos, os comentários da DG Emploi seriam enviados na semana seguinte.

Miguel Amorim, DG EMPLOI, referiu que no contexto do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS), a Madeira, apesar das evoluções positivas e das contribuições dos fundos nas áreas do emprego, formação, educação e inclusão social, deverá manter o foco nas metas, tanto para o emprego quanto para a qualidade do emprego jovem e que o reforço das capacidades de gestão e assistência técnica deverá permitir à AG enfrentar os desafios atuais e alcançar os objetivos estabelecidos.

Marika Sandell, DG REGIO, informou que enviaria por escrito na semana seguinte dois pontos sobre esta Revisão – um de informação e outro com sugestões. Relativamente ao Relatório, afirmou que embora as secções estejam bem delineadas, seria importante incluir conclusões que permitam avaliar a situação atual e identificar o que deve ser alterado ou mantido, considerando, por exemplo, a influência do PRR ou outros fatores.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, afirmou que as sugestões de enriquecimento do Programa serão respondidas, pois o objetivo é aprimorar o conteúdo. Sobre as recomendações

ao Relatório, as mesmas serão complementadas com justificações mais claras, de forma a permitir uma avaliação precisa do que se pretende alterar ou manter.

Quanto à Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI), passou a palavra a Alberto Grilo para que fizesse um ponto de situação das últimas evoluções da atividade da Estrutura de Missão da EREI RAM.

Alberto Grilo, EREI, informou que a Estrutura de Missão, tem trabalhado para iniciar os trabalhos, embora com algum atraso decorrente da instabilidade política vivida. Neste momento, alguns processos encontram-se atrasados, nomeadamente a subcontratação destinada à monitorização do Programa, a qual ainda não foi concluída. Sobre o processo de descoberta empreendedora, está a decorrer de forma positiva, tendo os coordenadores dos domínios prioritários já sido nomeados, facilitando o primeiro contacto com os *stakeholders*.

Marika Sandell, DG REGIO, solicitou que este comentasse, de forma sucinta, o contrato estabelecido com a Comissão Europeia.

Alberto Grilo, EREI, informou que o contrato foi iniciado e que, neste momento, aguardam a finalização do relatório pelo consultor, o qual incluirá considerações sobre o espaço de descoberta empreendedora, para concluir os trabalhos.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, terminou este ponto informando que serão acolhidos contributos adicionais, encorajando os presentes a enviarem propostas até à data indicada para que se possa atempadamente preparar a versão final do Relatório e efetuar os respetivos ajustamentos à reprogramação do Madeira 2030.

6

Apresentação da Proposta de Reprogramação do Madeira 2030

Maria João Monte, AG Madeira 2030, sobre a reprogramação referiu que a mesma se revela necessária para ajustar o Programa às novas condições de execução. Afirmou que a necessidade de ajustes decorre, em primeiro lugar, da aprovação dos Planos de Ação dos ITIs, e, em segundo lugar, dos dados do Relatório de Revisão Intercalar, que indicaram a necessidade de criar um OE destinado ao apoio financeiro do FEDER à reconstrução de infraestruturas – particularmente para projetos de eletricidade e habitação decorrentes dos incêndios de agosto de 2024 – e de reforçar a Assistência Técnica do Programa.

Destacou que nesta proposta de reprogramação foram efetuados reajustamentos nos indicadores e montantes sem modificar, contudo, os valores globais previamente aprovados.

Esta proposta reflete, também, as correções de erros e imprecisões identificados no texto original, a necessidade de reforço da Assistência Técnica, assegurada pela libertação de um montante adicional do OE 4.8.

Em termos de prioridades, destacou que a habitação permanece uma questão central, em particular devido ao volume elevado de investimentos do PRR e a necessidade de pensar no pós-PRR.

Laurent Sens, DG EMPLOI, interveio salientando que a reprogramação deve integrar as lições e os desafios identificados, recomendando a inclusão de quadros comparativos que evidenciem os montantes de flexibilidade e as metas para 2024.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, afirmou que a Proposta de Reprogramação está fundamentada em dados robustos e visa alinhar o programa com a realidade atual da Madeira, mantendo a ambição original. Informou que após a receção de contributos adicionais a este documento a proposta será formalizada por resolução do Conselho de Governo.

Elisabete Quintas, AD&C, referiu que a AD&C acompanha de forma detalhada as propostas de reprogramação e as revisões intercalares que servem de enquadramento. Esclareceu que se monitorizam todos os aspetos regulamentares – incluindo os relativos à dimensão climática, biodiversidade e demais requisitos – de forma global e não apenas isoladamente por Programa. Considerou que a Revisão Intercalar, enriquecida com os complementos referidos, proporcionará um enquadramento qualificado à reprogramação. Salientou que a Revisão Intercalar tem de ser obrigatoriamente submetida à CE até 31 de março.

7

Outros Assuntos

Maria João Monte, AG Madeira 2030, reforçou que a auscultação dos membros do CA sobre a reprogramação do Madeira 2030, será realizada por consulta escrita.

Sobre o PO Madeira 14-20 destacou o evento de encerramento do Programa realizado no dia anterior à reunião do CA, destacando que embora o programa tenha sido encerrado formalmente, a AG continuará a trabalhar na elaboração do Relatório Final de execução dentro dos prazos previstos, pedindo o empenho dos Organismos Intermédios, dada a exigência do Relatório e os curtos prazos definidos.

Aproveitou para agradecer a coordenação técnica nacional, pela orientação e a *expertise* dos seus técnicos que têm contribuído significativamente para a condução dos trabalhos pela AG.

Cláudia Joaquim, AD&C, agradeceu as palavras proferidas por Maria João Monte e afirmou que a equipa continuará a apoiar o Programa da melhor forma possível. Aproveitou, ainda, este ponto da OT para apresentar o Prémio dos Fundos, criado em dezembro de 2024, cujas candidaturas poderão ser submetidas até 14 de março, conforme informação detalhada disponível no portal www.premiosdosfundoseuropeus.pt, tendo deixado o repto à AG, de reforçar o seu envolvimento.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, agradeceu a todos, referindo que já se encontram duas candidaturas em preparação e duas declarações assinadas.

Laurent Sens, DG REGIO, agradeceu pela excelente organização da reunião e interesse dos debates. Destacou o reconhecimento do imenso trabalho manifestando o seu agradecimento pela dedicação demonstrada. Agradeceu também aos tradutores pelo bom desempenho.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, expressou que as palavras do Laurent servem de grande incentivo para a equipa e os colaboradores, os quais demonstram um esforço incansável.

Não havendo mais nada a tratar, a Presidente da AG, deu por encerrado o 5.º Comité de Acompanhamento do Madeira 2030.

A Autoridade de Gestão do Madeira 2030

Funchal, março 2025



Ficha Técnica

Título: Súmula da 4.ª Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Regional Madeira 2030

Edição: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

Travessa do Cabido, nº 16

9000-715 Funchal

Tel.: (+351) 291 214 000

Data de Edição: março de 2025

Informação disponível em www.idr.madeira.gov.pt

